



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 023/2011
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às 09:43 (nove horas e quarenta e três minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima décima terceira reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Eros Miguel Sadowoy Martins como secretário ad hoc. Estiveram presentes os conselheiros titulares, Alexandre Salgado Marder, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Pedro Luis da Silva Vargas, Pedro Luís Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sueli de Fátima Mousquer, e os conselheiros suplentes, Fátima Regina Carlos Saikoski, José Marcelino Heck e Manuel Roberto Escobar. Aberta a sessão, o presidente Brum justificou as ausências do Conselheiro-Secretário Adolto Rohr, em virtude de compromissos no trabalho e do conselheiro Mário Fernando Antônio da Silva, em função de agenda do SIMPA. No espaço de informes, o presidente referiu a reunião que aconteceu na semana passada entre os representantes dos Engenheiros e o Governo, que na ocasião informou não ser extensivo aos aposentados o abono concedido aos engenheiros ativos, e para tanto utilizou como parâmetro os médicos aposentados, que, igualmente, não receberam o abono. Disse que está marcada uma Assembléia-Geral para o dia 24/08/11, às 14:30h, no Sindicato dos Engenheiros, haja vista o Governo não ter sinalizado ainda com a Minuta do abono e nem da Gratificação de Responsabilidade Técnica, pleiteada pelos Engenheiros, Arquitetos, Geógrafos e Geólogos do Município. A conselheira Fátima informou sobre o movimento dos funcionários da saúde, que diz respeito à esfera municipal, estadual e federal, consistente do ponto de vista das suas reivindicações frente à intransigência do Governo, e que levou a categoria à greve. Informou o calendário de mobilização que contempla manifestação no Paço Municipal nesta terça-feira, continuando a mobilização na quarta e quinta-feira, quando acontecerá nova Assembléia-Geral Unificada, às 14h, no Salão do Clube do Comércio. O conselheiro Rigotti informou sobre o curso CPA-10 do Banco do Brasil, no qual participarão dezenove membros do Conselho de Administração, e que será realizado na modalidade à distância, no valor de duzentos reais por participante, custeado pelo PREVIMPA. Solicitou que o Conselho informe ao GDG o endereço eletrônico e o CPF dos conselheiros que irão participar do curso, pois o acesso à plataforma será disponibilizado dessa forma. Também informou sobre o Seminário de Qualificação para os Conselheiros e Gestores de RPPS, que será realizado pela AGIP, nos dias 12 e 13 de setembro na Sede da AIAMU, com a participação no evento, de seis integrantes deste Conselho, a um custo de duzentos e cinquenta reais por participante, que igualmente será custeado pela Autarquia. Informou, ainda, que houve alteração na data do Seminário do PREVIMPA, que ficou para os dias 30/11 e 01/12/11, sendo que a organização do evento não será mais da ACESPA, mas da AGIP. Em relação ao processo movido pelo SINDICÂMARA contra o PREVIMPA, referente às diferenças de aumento entre aposentados e ativos da CMPA, disse que a decisão em 1ª Instância extinguiu a execução e multou o advogado do autor por litigância de má-fé. O conselheiro Alexandre Marder, Procurador do PREVIMPA, explicou que a decisão foi tomada de ofício pela Juíza do processo, que condenou todos os servidores aposentados da CMPA ao pagamento de 1% ao PREVIMPA, junto com o advogado do SINDICÂMARA. Salientou que o PREVIMPA tem prazo até o dia 31/12/2011 para efetuar o pagamento dos precatórios habilitados no ano anterior. O conselheiro Vargas complementou a informação, dizendo que na realidade foi uma falha da Juíza, pois se trata de produto de direito de trabalhadores. Disse ser um problema de ordem técnica, que será resolvido para que as pessoas credoras recebam o que lhes é devido. Passou-se na seqüência à pauta do dia,

51 apreciação dos processos nºs 009.000422.10.0 e 009.003821.10.2, que versam sobre a Estrutura do
52 PREVIMPA e alterações de Dispositivos da LC nº 478/02, conselheiros-relatores, Pedro Luís
53 Martins e Francisco José Menezes da Silva. O presidente Brum propôs que se fizesse seis inscrições
54 para encaminhamentos e posterior votação. Os conselheiros Gilmar, Maris, Sueli, Alexandre
55 Marder, Rigotti e Pedro Vargas se inscreveram para encaminhar a matéria. A conselheira Maris
56 solicitou votação nominal. O presidente Brum leu o relatório de cada processo em apreciação e
57 passou-se aos encaminhamentos. O conselheiro Gilmar disse ter observado nas discussões da
58 matéria, que o Diretor-Geral do PREVIMPA se dispôs a levar as sugestões do Colegiado para
59 estudo junto aos Técnicos do PREVIMPA. Encaminhou o retorno dos processos ao GDG, com
60 vistas à reformulação da proposta. Reiterou as sugestões formalizadas em atas anteriores, de que
61 EPP e EPAA permaneçam como Equipes, assim como, os setores de Materiais e Serviços e de
62 Licitações, sejam revistos para Equipes e não Unidades. Também salientou a criação da FG de
63 Assistente Técnico nos setores que fazem atendimento junto ao TCE. A conselheira Maris
64 encaminhou a devolução dos processos ao GDG para que retornem ao Conselho, juntamente com o
65 processo da GPREV. A conselheira Sueli corroborou a proposta do conselheiro Gilmar, mas
66 salientou que para esse encaminhamento há que se verificar a aceitação da Direção do PREVIMPA
67 do retorno do projeto. O conselheiro Alexandre Marder colocou que o projeto da Estrutura já havia
68 passado anteriormente pelo Conselho e que na ocasião, o conselheiro-relator Adelto Rohr apontou a
69 necessidade de alterações na LC nº 478/02 para a formalização da nova Estrutura. Ponderou que
70 neste momento o Conselho está analisando as adequações legislativas. Encaminhou que se opine
71 pela aprovação e se faça as sugestões pertinentes. O conselheiro Rigotti apoiou o encaminhamento
72 dado pelo conselheiro Alexandre Marder, e disse que não se pode adiar essa aprovação, pois o
73 Departamento está há muito tempo com setores trabalhando na informalidade. O conselheiro
74 Vargas colocou que é visível que o Diretor-Geral está sensível às sugestões. Encaminhou que
75 fossem acolhidas e trabalhadas as sugestões feitas pelo Colegiado e que a proposta retorne ao
76 Conselho para nova análise. Reiterou manifestação feita na reunião anterior, de que o Departamento
77 deve privilegiar as FGs para os funcionários do quadro do PREVIMPA. Feitos os
78 encaminhamentos, o Colegiado consensuou a forma de votação: primeiramente, os conselheiros
79 votaram pelo julgamento de ambos relatórios, ou pela devolução dos processos em diligência para o
80 GDG. Votaram pelo julgamento os seguintes conselheiros: Pedro Luís Martins, Manuel Roberto
81 Escobar, Francisco José Menezes da Silva, Alexandre Salgado Marder, Marisa Ney Santos de
82 Pinho, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Eros Miguel Sadowoy Martins, Luiz Fernando Rigotti e José
83 Marcelino Heck, totalizando nove votos. Votaram pela devolução em diligência ao GDG, os
84 seguintes conselheiros: Sueli de Fátima Mousquer, Maris Regina Vieira Honaiser, Fátima Regina
85 Carlos Saikoski, Marilena Ruschel da Cunha, Hailton Terra de Jesus e Pedro Luis da Silva Vargas,
86 Gilmar Cardozo dos Santos e Sérgio Luiz Brum, totalizando oito votos. Restou apurado que por
87 nove votos a favor e oito contrários, os relatórios referentes à Estrutura do PREVIMPA e de
88 Alterações na LC nº 478/02, seriam julgados nesta data. A seguir, o presidente Brum colocou em
89 votação a aprovação ou não, dos relatórios referentes aos processos nºs 009.000422.10.0 e
90 009.003821.10.2. Pela aprovação votaram os conselheiros: Pedro Martins, Manuel, Francisco,
91 Alexandre Marder, Marisa, Ricardo, Eros, Marcelino e Rigotti, totalizando nove votos. Pela não
92 aprovação, votaram os conselheiros, Sueli, Maris, Fátima, Marilena, Hailton, Vargas, Gilmar e
93 Brum, com a seguinte declaração de voto: *“por todos os motivos já expostos nas atas anteriores”*,
94 totalizando oito votos. Restaram aprovados ambos relatórios, referentes à Estrutura do PREVIMPA
95 e alterações da LC nº 478/02, por nove votos a favor e oito em contrário. Ficou para a próxima
96 reunião a continuação das discussões referente à Minuta do CONAPREV. Não havendo nada mais a
97 tratar, foi encerrada a sessão, às 11:15h (onze horas e quinze minutos) e foi lavrada a presente Ata
98 que vai assinada por mim Eros Miguel Sadowoy Martins, Secretário ad hoc e pelos demais
99 conselheiros presentes.

100
101
102
103

Sérgio Luiz Brum - Presidente

Eros Miguel Sadowoy Martins – Secretário

104		
105		
106	Alexandre Salgado Marder	Francisco José Menezes da Silva
107		
108		
109		
110		
111	Hailton Terra de Jesus	Luiz Fernando Rigotti
112		
113		
114		
115		
116	Gilmar Cardozo dos Santos	Sueli de Fátima Mousquer
117		
118		
119		
120		
121	Fátima Regina Carlos Saikoski	Marilena Ruschel da Cunha
122		
123		
124		
125		
126	Maris Regina Vieira Honaiser	Marisa Ney santos de Pinho
127		
128		
129		
130		
131	Pedro Luís da Silva Vargas	Pedro Luís Martins
132		
133		
134		
135		
136	Ricardo Zucareli Pulvirenti	José Marcelino Heck
137		
138		
139		
140		
141	Manuel Roberto Escobar	
142		
143		
144		
145		
146		
147		
148		
149		
150		
151		
152		
153		
154		
155		